

# ASSISTÊNCIA EM SAÚDE PARA A POPULAÇÃO RIBEIRINHA

*Data de aceite: 02/06/2023*

**Danielle Freire Goncalves**

**Dhara Hanna Oliveira Silva**

**Thallya Ciqueira Tartágia**

**Lucas Moraes de Moraes**

**Caio Victor Mendonça Barros**

**Laura Cunha Palheta**

**Larissa Silva Gonçalves**

**João Carlos de Sousa Borges**

**Wanessa Rendeiro da Silva e Silva**

**Mikael Veras Vieira**

**Raphael Kerber Almeida**

**Jakelyne Antônia Castro Borba Abreu**

**RESUMO:** Diante do exposto, esse trabalho tem como objetivo analisar os achados bibliográficos acerca dos modos de prestação de assistência em saúde aos povos ribeirinhos, para compreender as lacunas que provocam as iniquidades de acesso aos serviços do Sistema Único de Saúde. Esse trabalho utiliza como metodologia descritiva, por meio da revisão

integrativa da literatura da assistência em saúde para as comunidades ribeirinhas. Ademais, por meio dos tópicos debatidos, pôde-se notar a indubitável importância do respeito dos princípios do SUS, com foco na Universalidade da assistência em saúde, corroborando o fato de que todos os cidadãos brasileiros têm o direito ao acesso ao serviço, de forma eficaz, eficiente e humanizada.

**PALAVRAS-CHAVE:** “populações rurais”; “ribeirinhos”; “assistência em saúde”; “universalidade”

## INTRODUÇÃO

O sistema Único de Saúde (SUS) trabalha com os três pilares da universalidade, integralidade e equidade, com o alcance a todas as populações, entretanto, há algumas comunidades que não têm o acesso integral a esse serviço. Sendo um exemplo disso, as populações rurais, com foco nas ribeirinhas, sendo estas caracterizadas pelas residências nas margens de rios e a interiorização (Almeida, 2019). Nesse sentido, pode-se compreender a necessidade de

políticas públicas que permitam a garantia do direito ao acesso à saúde estabelecido pela Constituição de 1988 (Brasil, 2016). Esses moradores têm uma vivência mais relacionada com a natureza, sendo esta uma das fontes de renda e de sobrevivência, demonstrado pela pesca e agricultura familiar.

Nesse aspecto, foi-se desenvolvendo as Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF), com o intuito de atender as carências de acesso aos serviços de saúde ocasionado pelo isolamento geográfico, destacando as iniciativas e protagonismos de representantes locais (El Kadri, 2019). Além dessa medida, a criação de políticas públicas são indubitavelmente necessárias para a colocação em prática de medidas que mitiguem as problemáticas relacionadas à temática, sendo assim, em 2011, foi-se publicada a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Amplos, da Floresta e das Águas, com o objetivo de melhorar os indicadores de saúde destas população (Santos, 2021).

Diante de tais questões, o presente estudo visa analisar, através da busca na literatura e de trabalhos desenvolvidos, os diferentes nuances e formas de cuidados em saúde desenvolvidos com vista a assistência à população ribeirinha, com vista a identificar os principais caminhos relacionados a uma adequada assistência à saúde dessa população, de forma a assegurar todos os princípios-base do sistema de saúde brasileiro.

## **METODOLOGIA**

Esse trabalho utiliza como metodologia descritiva, por meio da revisão integrativa da literatura da assistência em saúde para as comunidades ribeirinhas. Utilizando como critérios de inclusão: periodicidade entre os anos de 2018-2023, artigos publicados nos idiomas inglês ou português, disponibilizados de forma integral e gratuita, relacionados aos objetivos deste estudo. O trabalho foi realizado por meio de seis etapas, sendo elas a delimitação dos critérios de inclusão; busca nas bases de dados Scielo e Periódico Capes, com os Descritores em Ciências da Saúde e os operadores booleanos “populações rurais” or “ribeirinhos” and “assistência em saúde” and “universalidade”; seleção dos trabalhos encontrados nas plataformas; leitura e análise dos achados; separação dos pontos-chaves dos trabalhos ;por fim, compilação dos principais tópicos acerca da temática.

## **RESULTADOS**

O artigo 198 da constituição federal brasileira prevê que as ações e serviços de saúde devem ser caracterizados e organizados segundo 3 de seus principais princípios: I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência; II - integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema; IV - igualdade da assistência à saúde, sem

preconceitos ou privilégios de qualquer espécie (Matta, 2017).

Percebe-se que muitos desses conceitos não são amplamente estabelecidos quando se trata a respeito da atenção à saúde brasileira e suas regionalidades, tendo em vista que eles foram pensados e aplicados de forma “generalizada”, em todo território brasileiro, sem levar em consideração as particularidades de cada região brasileira e seus nuances sociodemográficos e econômicos (Cecílio, 2018).

Sabe-se que muitas regiões e grupos, principalmente na região norte do país, e em especial a população ribeirinha, sofrem da falta de estudos e políticas públicas que visem assegurar sua saúde como um todo, desde a deficiência de logística relacionada a longitudinalidade do cuidado, de forma a levar em consideração todas as particularidades da região em questão (El Kadri, 2022) até o conhecimento da segurança alimentar dos povos que vivem em beira-rio (Gama, 2022).

Um dos grandes exemplos de tal problemática é a logística dos rios no território do Amazonas, no qual em épocas de seca e cheia dos rios, a logística de locomoção varia em sua forma de apresentação, no qual em determinados períodos apresenta custos mais elevados e maior demora no período de locomoção, fator que prejudica o início e a continuidade do cuidado e demonstra de forma prática que o sistema de saúde brasileiro não se adaptou de forma adequada às particularidades do território amazônico (Lima, 2021).

## CONCLUSÃO

Ademais, por meio dos tópicos debatidos, pôde-se notar a indubitável importância do respeito dos princípios do SUS, com foco na Universalidade da assistência em saúde, corroborando o fato de que todos os cidadãos brasileiros têm o direito ao acesso ao serviço, de forma eficaz, eficiente e humanizada. Nesse sentido, políticas públicas de educação permanente dos profissionais de saúde, a realização de estudos acerca das demandas das populações ribeirinhas e o financiamento de ações de cuidados e prevenções, com o foco nas necessidades apresentadas por esse público, representam as medidas necessárias para a mitigação da iniquidade de acesso aos serviços de saúde.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. R. et al. Atenção Básica à Saúde: avanços e desafios no contexto amazônico. Júlio Cesar S, Michele REK, Rodrigo TSL, organizadores. Atenção Básica na Região Amazônica: saberes e práticas para o fortalecimento do SUS. Porto Alegre: Rede Unida, 2019.

CECILIO, Luiz Carlos de Oliveira; REIS, Ademar Arthur Chioro dos. Apontamentos sobre os desafios (ainda) atuais da atenção básica à saúde. Cadernos de saúde pública, v. 34, p. e00056917, 2018.

EL KADRI, Michele Rocha; SCHWEICKARDT, Julio Cesar; FREITAS, Carlos Machado de. Os modos de fazer saúde na Amazônia das Águas. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 26, 2022.

GAMA, Abel Santiago Muri et al. Padrões de consumo alimentar nas comunidades ribeirinhas da região do médio rio Solimões-Amazonas-Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, p. 2609-2620, 2022.

LIMA, Rodrigo Tobias de Sousa et al. Saúde em vista: uma análise da Atenção Primária à Saúde em áreas ribeirinhas e rurais amazônicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 2053-2064, 2021.

MATTA, Gustavo Corrêa et al. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde.

SANTOS, Isabella Oliveira et al. Avanços e desafios na saúde das populações ribeirinhas na região amazônica: uma revisão integrativa. *Revista de APS*, v. 24, 2021.